

**NARRATIVAS DE
MULHERES A PARTIR DO
PROGRAMA MULHERES MIL
OFERTADO PELA GERÊNCIA
DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DA REDE
ESTADUAL DE ENSINO DO
ESTADO DO TOCANTINS-
BRASIL**

**NARRATIVES OF WOMEN FROM THE "MULHERES MIL" PROGRAM
OFFERED BY THE PROFESSIONAL EDUCATION MANAGEMENT OF THE
STATE EDUCATION NETWORK OF TOCANTINS, BRAZIL**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 01/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/785282517](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/785282517)

Ana Valéria Rezende Povia Parente¹

Aurimar Batista da Cruz²

Christiane Silva de Oliveira³

Ederval Camargo Rocha⁴

Hebe Maria Mendes Ribeiro Sales⁵

Roberto Pereira de Carvalho⁶

Jocyleia Santana dos Santos⁷

RESUMO

O estudo, fundamentado na metodologia da história oral temática, teve como objetivo geral discutir o papel do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) como política pública educacional, no âmbito do Programa Mulheres Mil, ofertado pela Gerência de Educação Profissional no ano de 2025; e os objetivos específicos: apresentar o Programa Mulheres Mil que oferta cursos FIC na rede estadual de ensino; analisar as narrativas de três mulheres participantes dos cursos FIC residentes na cidade de Palmas, Tocantins. É de conhecimento da sociedade que as políticas públicas existentes, ainda não conseguem suprir integralmente as necessidades de reparação social, educacional e emocional das mulheres brasileiras. O Programa Mulheres Mil foi implantado com o objetivo de promover reparação social e atendimento às mulheres. Foram entrevistadas três mulheres cursistas do Programa que destacaram a importância do Programa na vida pessoal e profissional, apontando o quanto o Programa tem sido importante, e que os governantes necessitam investir mais em Programas que possuem este mesmo propósito, voltados a atender mulheres e melhorar suas condições de vida em diferentes dimensões, ou seja, social, educacional e melhoria de renda.

Palavras-chave: Mulheres; Programa de renda; Educação; Tocantins.

ABSTRACT

The study, based on the methodology of thematic oral history, had the overall objective of discussing the role of the Initial and Continuing Training (FIC) course as a public education policy, within the framework of the 'Mulheres Mil' Programme, offered by the Vocational Education Department in 2025; and the specific objectives: to present the Mulheres Mil Programme, which offers FIC courses within the state education system; to analyse the narratives

of three women participating in the FIC courses who reside in the city of Palmas, Tocantins. It is widely recognised that existing public policies still fail to fully meet the social, educational and emotional needs of Brazilian women. The Mulheres Mil Programme was launched with the aim of promoting social redress and support for women. Three women participating in the programme were interviewed; they highlighted the programme's importance in their personal and professional lives, emphasising just how significant it has been, and stating that government officials need to invest more in programmes with this same purpose, aimed at supporting women and improving their living conditions in various areas, namely social, educational and income related.

Keywords: Women; Income programme; Education; Tocantins.

1. INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por uma série de processos de desvalorização, em especial das mulheres, sejam elas brancas, pretas, ou amarelas, só por estarem no corpo físico de mulher, são, de maneira geral, desvalorizadas e afetadas pelo preconceito. Silva (2010) afirma que o preconceito e a violência contra as mulheres não são recentes na história. Esses fenômenos fazem parte de um sistema sócio-histórico que condicionou as mulheres a uma posição hierarquicamente inferior na escala de perfeição metafísica, produzindo um campo de forças constituído por relações assimétricas entre homens e mulheres em nossa sociedade. A construção histórica das sociedades fundamenta-se em uma distribuição desigual de responsabilidades, sempre pensadas de acordo com as relações de poder. As relações entre homens e mulheres e a forma como essas relações são estabelecidas possibilita compreender como as desigualdades foram

historicamente construídas e estruturadas nas relações de exploração, dominação e privilégio dos homens sobre as mulheres (Scott, 1986, 1987; Del Priori, 2007).

E nesse leque de situações, as questões sociais e econômicas são fortes elementos que levam inúmeras mulheres a assumirem outras atribuições que se fossem partilhadas, teriam uma situação menos complexas, como por exemplo, assumir a chefia das famílias e serem mães solo, como muitas mulheres que vivem tal situação. Cerca de 13,5% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres que vivem com seus filhos, o que representa aproximadamente 7,8 milhões de mães solo no país (IBGE - Censo 2022), no Tocantins as mulheres que são mães solo e moram apenas com os filhos representam 12,4% da população do estado.

Nessa perspectiva de reparação social e histórica, o Governo Federal propõe o Programa Mulheres Mil, que tem como pilar estruturante o respeito às diferenças constitutivas das mulheres e de suas interseccionalidades raciais, étnicas, de orientação sexual e de identidade de gênero, bem como às especificidades das mulheres com deficiência, e às diferenças geracionais, regionais e territoriais. Destacam-se, dessa forma, as mulheres pertencentes a grupos que sofreram injustiças históricas e sofrem impactos dessas injustiças praticadas no passado pela escravização, como as mulheres indígenas, negras, pretas e pardas, e quilombolas.

O Programa, instituído por meio da Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023, reafirma e aprofunda o compromisso com o fortalecimento da democracia, integrando-se ao conjunto de políticas públicas do Governo Federal que têm como finalidade a promoção da igualdade de gênero em todas as esferas da vida: educação, trabalho, saúde,

cultura, participação política e tomada de decisões. O Mulheres Mil seleciona grupos de mulheres de uma mesma região ou localidade, que compartilham características socioeconômicas e apresentam potencial de inclusão produtiva e ampliação de renda. O público-alvo prioritário tem como características: mulheres com 16 anos ou mais que, prioritariamente, estejam em situação de pobreza ou extrema pobreza; com baixo grau de escolarização; sejam vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; estejam privadas de liberdade, inclusive aquelas em cumprimento de medidas socioeducativas; ou sejam responsáveis pelos cuidados no ambiente familiar.

O artigo delinea-se em cinco seções: introdução, metodologia, políticas públicas educacionais, o Programa Mulheres Mil, e as narrativas de mulheres cursistas e as considerações finais.

2. METODOLOGIA

Geralmente os leitores podem questionar: O que vem a ser a história oral? Estaria ela restrita ao simples ato de ouvir e registrar depoimentos individuais ou, mais do que isso, representaria uma prática investigativa que reconhece a memória coletiva como fonte legítima de conhecimento? Até que ponto a história oral se diferencia das narrativas oficiais presentes em documentos escritos e institucionalizados? Essas indagações conduzem à compreensão de que a história oral ultrapassa a dimensão técnica da coleta de relatos, configurando-se como um caminho metodológico que busca valorizar experiências, saberes e tradições transmitidos de geração em geração.

Nesse sentido, ao adotar a História Oral como perspectiva teórico-metodológica, esta pesquisa fundamenta-se no reconhecimento da legitimidade das narrativas de três mulheres que participaram, na condição de cursistas, dos cursos de Manicure, Pedicure e Maquiadora ofertados pelo Programa Mulheres Mil, no contexto urbano do município de Palmas, estado do Tocantins. Partindo do pressuposto de que os sujeitos são produtores de sentidos sobre suas próprias experiências, este estudo reconhece essas mulheres como protagonistas de suas trajetórias históricas, atribuindo centralidade às suas memórias e narrativas. Conforme Thompson (1998), a História Oral democratiza a produção do conhecimento histórico ao incorporar as experiências e perspectivas de grupos historicamente excluídos das narrativas oficiais. Nesse aspecto, a História Oral possibilita a ampliação do campo historiográfico ao questionar a primazia dos registros escritos como fontes exclusivas de conhecimento histórico, conferindo visibilidade às experiências e às vozes de sujeitos tradicionalmente marginalizados ou silenciados nos processos de produção da história.

Nesse sentido, Macedo (2020, p. 63) afirma que "a história oral não amordaça e não coloca numa forma; ela amplia as possibilidades, abre portas e janelas para diversas interpretações das histórias vividas, seja no individual ou no coletivo". Tal compreensão evidencia o caráter plural e dialógico da História Oral, ao reconhecer que as experiências e memórias dos sujeitos constituem importantes fontes para a construção do conhecimento histórico, possibilitando múltiplas leituras e interpretações sobre a realidade social.

Em consonância com essa perspectiva, Ferreira (2002, p. 323) argumenta que a História Oral deve afirmar-se como uma "contra-história", promovendo uma inversão significativa dos métodos e

objetos tradicionalmente legitimados pela historiografia. Para o autor, trata-se de uma abordagem comprometida com uma prática historiográfica crítica e politicamente engajada, voltada à valorização das experiências, memórias e narrativas de grupos historicamente subalternizados ou silenciados. Desse modo, a História Oral não apenas amplia as possibilidades interpretativas do fazer historiográfico, mas também contribui para a democratização da produção do conhecimento histórico, ao conferir visibilidade e protagonismo a sujeitos frequentemente excluídos das narrativas oficiais.

Alberti (2005, p. 5) ressalta que o estabelecimento da história oral como metodologia de pesquisa se “deve ao fato de que a subjetividade e a experiência individual passaram a ser valorizadas como componentes essenciais para a compreensão do passado.” Ou seja, ao utilizar relatos de pessoas, memórias e informações de caráter subjetivo, torna-se possível reconstruir acontecimentos, épocas e histórias que, compartilhadas coletivamente, contribuem para a compreensão de fenômenos do tempo atual, e ressalta a experiência vivida dos depoentes.

Macedo e Santos (2023, p. 46) destacam que:

[...] a história oral é um campo de resistência para aqueles que não têm medo de dar nomes, contar fatos históricos vivenciados. Para discentes e docentes é resistir contra aqueles que querem calar a voz dos que lutam por uma educação igualitária, pública e gratuita. Que desejam uma história crítica para todos os cidadãos brasileiros.

Conforme Meihy (1996, p. 16), o percurso metodológico da história oral estrutura-se em três etapas fundamentais:

[...]a gravação, momento em que se realiza a entrevista e se registra o depoimento; a transcrição e textualização, que consistem na conversão da oralidade em texto escrito, preservando o sentido e a integridade da narrativa; e, por fim, a análise, fase em que os relatos são interpretados à luz do referencial teórico e do contexto histórico-social.

Essas etapas não apenas organizam o processo técnico da pesquisa, mas também evidenciam o compromisso ético e epistemológico da história oral com a escuta sensível, a valorização da memória e a construção compartilhada do conhecimento.

O estudo proposto neste artigo ouviu as narrativas de três mulheres (Quadro 1), por meio da metodologia da história oral temática. As mulheres assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido,

e as entrevistas foram gravadas, após degravadas, assinados os termos de aprovação das degravações, e autorização para utilização nesta produção científica. O objetivo geral do estudo é discutir o papel dos cursos FIC como política pública educacional no âmbito do Programa Mulheres Mil, ofertados pela Gerência de Educação profissional no ano de 2025; e os objetivos específicos são: apresentar o Programa Mulheres Mil que oferta cursos FIC na rede estadual de ensino; analisar as narrativas de três mulheres participantes dos cursos FIC residentes na cidade de Palmas, Tocantins.

Quadro 1. Dados das entrevistadas

Nome	Idade	Escolaridade	Curso	Estado civil
Jaciélma Soares	32 anos	Ensino Médio Completo	Manicure e Pedicure	Divorciada
Viviane Sobral Gomes da Silva	28 anos	Ensino Fundamental II incompleto	Manicure e Pedicure	Solteira
Kelly Cristina Conceição	34 anos	Ensino Médio Completo	Maquiadora	Casada

Fonte: dados da entrevista (2025).

Os procedimentos metodológicos da história oral expõem “pedaços do passado, encadeados em um sentido quando são contados e em que perguntamos a respeito” (Alberti, 2004, p. 15). Dessa forma, a história oral contribui para democratizar a produção do conhecimento histórico, ao valorizar as experiências de pessoas comuns e os saberes situados no cotidiano, e, no caso deste estudo, as experiências e os saberes das mulheres.

Assim, a História Oral, ao incorporar as narrativas de mulheres participantes do Programa Mulheres Mil e ao evidenciar o papel das políticas públicas no fortalecimento da qualificação profissional de mulheres historicamente excluídas dos processos educacionais e sociais, possibilita a ampliação das análises sobre essa política educacional. Ao valorizar as experiências e trajetórias dessas mulheres, essa abordagem contribui para a construção de novos olhares acerca da proposta educativa do Programa, evidenciando seus alcances, limites e impactos na vida das participantes.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O PROGRAMA MULHERES MIL

Macedo (2025) traz uma discussão interessante sobre as políticas públicas, e destaca as colocações de Bobbio (2000, p. 160), para quem “[...] o conceito de política, entendida como forma de atividade ou práxis humanas, está estreitamente ligado ao conceito de poder”. A autora destaca que a política deve ser compreendida como uma prática orientada pela disputa, manutenção e legitimação do poder, o que se reflete diretamente na formulação e na implementação de políticas públicas, inclusive no campo educacional.

Com base nas reflexões de Veschi (2020) e Bobbio (2000), e com foco nas políticas públicas voltadas ao atendimento educacional, pode-se concluir que, de modo geral, as políticas públicas, sejam elas voltadas à educação, à saúde ou a outras áreas sociais, são ações do poder público que deveriam emanar das demandas da sociedade. No entanto, as relações de poder estão intrinsecamente presentes tanto na formulação quanto na execução dessas políticas, influenciando diretamente a forma como são ofertadas à população. Reforçando essas considerações, Azevedo (2003) define políticas

públicas como tudo aquilo que um governo faz, mas também como aquilo que ele deixa de fazer, ou seja, suas omissões. Entre os diferentes tipos de políticas públicas, o autor destaca três categorias principais: redistributivas, distributivas e regulatórias, definidas a seguir.

Políticas públicas redistributivas são aquelas que promovem a redistribuição de renda por meio da alocação de recursos financeiros, subsídios ou financiamentos voltados à oferta de equipamentos e serviços públicos. Azevedo (2003) exemplifica esse tipo de política com a diminuição do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para populações de baixa renda e o aumento desse tributo para contribuintes de maior poder aquisitivo.

As políticas públicas distributivas têm como finalidade atender a grupos específicos por meio da oferta de serviços e equipamentos públicos setoriais, custeados com recursos do orçamento público. Entre os exemplos estão: implantação de iluminação pública, a pavimentação de ruas, a doação de equipamentos para pessoas com deficiência, as políticas tradicionais de assistência social e os programas de transferência direta de renda condicionada, como o Bolsa Família.

As políticas públicas regulatórias, por sua vez, visam estabelecer normas que disciplinem o funcionamento de setores específicos, incluindo os serviços públicos de educação, saúde, transporte, entre outros. Essas políticas têm a função de regular tanto as ações redistributivas quanto as distributivas, garantindo que sejam executadas de acordo com os princípios legais e administrativos definidos pelo Estado.

Macedo (2025) também destaca que, no campo educacional, reconhece-se que a concepção de políticas públicas é atravessada por uma abordagem transdisciplinar, que articula conceitos oriundos dos direitos civis, políticos, sociais e educacionais, culminando na noção de cidadania. Esse conceito, por sua vez, fundamenta-se em múltiplas áreas do saber, epistemológica, filosófica, sociológica, política, antropológica e jurídica, evidenciando a confluência de diferentes perspectivas teóricas na construção de um entendimento que dê conta de sua complexidade e abrangência (Abrucio, 2016).

Macedo (2025) observa que, ao longo da história, a educação no Brasil caracterizou-se por desigualdades estruturais que restringiram o acesso de amplos segmentos da população ao processo educacional, incidindo de forma particularmente significativa sobre as mulheres. Historicamente, a educação brasileira tem sido permeada por processos de exclusão social que, desde o período colonial, restringiram o acesso à escolarização dos segmentos mais vulnerabilizados da população. Sob forte influência de uma matriz educacional eurocêntrica, consolidaram-se políticas e práticas excludentes que perpetuaram desigualdades sociais, econômicas e de gênero. Em reconhecimento a essas desigualdades historicamente produzidas, o Governo Federal passou a desenvolver políticas públicas de inclusão educacional e social, buscando minimizar os efeitos desse processo e promover oportunidades formativas para grupos historicamente marginalizados, entre eles, as mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de qualquer sociedade. Contudo, ao longo da

história, as mulheres enfrentaram inúmeras barreiras que limitaram seu acesso ao conhecimento e à formação profissional. Em um contexto em que as desigualdades de gênero ainda persistem, é imprescindível que políticas de reparação social sejam implementadas com o objetivo de corrigir essas disparidades históricas e estruturais. Nesse sentido de reparação educacional e social, o Programa Nacional Mulheres Mil foi instituído por meio da Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, nos seguintes termos:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, e tendo em vista o contido no Processo nº 23063.001261/2011-79, resolve: Art. 1º Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2011, art. 1º).

O Programa Mulheres Mil enquadra-se nas políticas de reparação social, as quais visam promover a justiça social e compensar grupos historicamente marginalizados, desempenhando um papel crucial na inclusão das mulheres no sistema educacional. Essas diretrizes governamentais são ferramentas que buscam equiparar oportunidades para mulheres, sejam elas negras, indígenas, quilombolas, e/ou pessoas com deficiência, entre outras. O fortalecimento da presença feminina em ambientes educacionais é essencial não apenas para a promoção da igualdade de gênero, mas

também para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa (Brasil, 2010)

O programa seleciona grupos de mulheres de uma mesma região ou localidade que compartilham características socioeconômicas e apresentam um potencial de inclusão produtiva e ampliação de renda. Com base nisso, são definidos os cursos e os serviços assistenciais que potencializam os cursos e garantem o usufruto de direitos por essas mulheres. O público-alvo prioritário é constituído por mulheres com 16 anos ou mais que, prioritariamente, estejam em situação de pobreza e extrema pobreza; possuam baixo grau de escolarização; sejam vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; estejam privadas de liberdade, inclusive aquelas em cumprimento de medidas socioeducativas; ou sejam responsáveis pelos cuidados no ambiente familiar (Brasil, 2010, 2018). A figura a seguir demonstra os passos que devem ser seguidos para a implantação, o monitoramento e a execução do Programa

Figura 1. Passos da execução do Programa Mulheres Mil



Fonte: MEC/PRONATEC, 2014.

Por meio do Programa Mulheres Mil, em 2025, foram ofertadas 685 vagas, e foram investidos um total de R\$ 1.096.000,00 atendendo mulheres, visando à melhoria educacional e à empregabilidade. Foram ofertados os seguintes cursos: assistente administrativo, agente cultural, assistente de recursos humanos, manicure e pedicure, operadora de caixa, depiladora, recepcionista, maquiadora, horticultora orgânica. Os cursos foram ofertados em 26 municípios do estado do Tocantins. Além da formação, as cursistas receberam ajuda de custo que contribuiu para sua permanência nos cursos, sua inclusão social e a melhoria de sua qualidade de vida.

É importante destacar os locais onde foram ofertados os cursos do Programa Mulheres Mil em 2025 no estado do Tocantins: Centro de

Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência da Mulher, Unidade Prisional Feminina, comunidades indígenas, assentamentos da reforma agrária.

Para este estudo, foram selecionadas três mulheres cursistas, residentes em Palmas e participantes do Programa em 2025, conforme demonstrado no Quadro 1. A seguir, apresenta-se suas narrativas, as quais revelam mudanças significativas em suas trajetórias pessoais e sociais, decorrentes da participação nos cursos.

4. MULHERES E SUAS NARRATIVAS

A educação no Brasil, conforme anteriormente discutido, foi historicamente marcada por um caráter excludente, sobretudo no que concerne ao acesso das mulheres aos espaços de instrução formal. De acordo com Fernandes (2019, p. 1), à luz da legislação portuguesa vigente no período colonial, "o sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil, categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais". Essa concepção jurídico-social revela a condição de inferiorização atribuída às mulheres, contribuindo para legitimar sua marginalização e restringir significativamente sua participação nos processos educacionais.

A autora destaca:

As escolas do período colonial foram constituídas, inicialmente, pela ordem dos padres jesuítas. Localizadas nas vilas e cidades, eram voltadas para o público masculino, visando à formação de uma elite colonial culta e religiosa. Tanto as mulheres brancas, ricas ou não, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à leitura e à escrita (Fernandes, 2019, p.2).

Segundo Perrot (2007, p. 16-17), as mulheres, durante muito tempo, ficaram em uma posição de invisibilidade “As mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato.” Seu lugar era no âmbito doméstico, mantendo-as recolhidas dentro de casa. Segundo a autora, “sua fala em público é indecente, “são pouco vistas, pouco se fala delas”, ocasionando um “silenciamento de fontes”.

Somente com a promulgação da Constituição de 1824 passou-se a prever a oferta de ensino primário gratuito a todos os cidadãos. Embora essa medida representasse um avanço no âmbito educacional, seus efeitos foram limitados, uma vez que o acesso à educação permaneceu restrito e não contemplou, de maneira igualitária, todas as mulheres, especialmente as mulheres negras e indígenas.

Nesse sentido, o Programa Mulheres Mil objetiva também retirar da invisibilidade as mulheres que ainda se encontram nessa condição. E neste contexto, traz-se as entrevistas realizadas com três mulheres que participaram do programa nos cursos de Manicure, Pedicure e

Maquiadora. Pois, um dos objetivos do Programa Mulheres Mil é, entre outros, oportunizar espaço de formação, valorização e geração de renda para as mulheres.

A metodologia da história oral temática consiste na elaboração de um projeto de pesquisa e de um roteiro de questões. Nesse roteiro, destacamos questões importantes para analisar de que maneira o atendimento ao Programa Mulheres Mil contribui para oportunizar formação, renda e autoestima às mulheres em situação de vulnerabilidade. Foi questionado quais foram os motivos que levaram as cursistas a se inscreverem no curso, e obtivemos as seguintes respostas:

Eu já atendia, então eu precisava ter uma forma legal de comprovar que eu era uma manicure. Aí eu fui e fiz com a professora Dauana, foi de muita importância. Tirou muitos paradigmas, muitas coisas que a gente vai aprendendo ao longo da profissão. Sem o conhecimento técnico, a gente acaba tendo que trabalhar de qualquer forma (Jacielma, 2025).

O que me motivou foi porque eu já trabalho há muitos anos, então sempre é bom fazer novos cursos para ter mais conhecimento e, querendo ou não, nessa área que nós trabalhamos, cada ano que passa, mudando as coisas, aparecendo mais novidades. Então, é sempre bom ter mais aprendizagem porque já estou nessa área a quatro anos, e não tinha um diploma (Viviane, 2025).

Eu me inscrevi no curso porque sempre tive interesse em aprender a me maquiar, mesmo que de forma básica. Como sempre trabalhei em funções que não permitiam o uso de maquiagem, nunca tive essa oportunidade. Quando soube da oferta do curso, me interessei imediatamente e decidi me inscrever (Kelly, 2025).

Os depoimentos ressaltam o quanto a formação formal e certificada é de suma importância para a profissionalização das mulheres, portanto, mostra-se assertiva a execução do referido programa pelo governo federal e estadual, especialmente por atender mulheres

residentes em municípios e comunidades que necessitam dessas formações.

Outra questão respondida pelas cursistas: Como foi a sua experiência durante o curso? Em suas respostas, as mulheres destacam a vivência ao longo do período de estudos:

Eu gostava de participar, ver pessoas de todas as formas ali, compartilhar histórias que são bem mais difíceis que a minha, ver pessoas que estavam lutando pra ter uma profissão. Eu, graças a Deus, já tinha, mas tinha muitas mulheres/alunas que ainda estavam sonhando por ter uma profissão, estavam buscando adquirir conhecimento pra que pudessem ter sua renda. Mulheres que realmente precisavam muito daquele tempo (Jaciema, 2025).

Foi muito boa, eu gostei bastante, pois deu para aprender muita coisa, porque, querendo ou não, na correria do dia a dia, a gente sempre deixa a desejar alguma coisa e vai deixando relevar, esquece de alguma coisa, de algum EPI que a gente deve usar. Então, devemos estar renovando, atualizando também... Isso é muito importante (Viviane, 2025).

Minha experiência durante o curso foi muito positiva. A turma era formada por cerca de 23 a 24 mulheres de idades bem diferentes, o que tornou a convivência ainda mais enriquecedora. Não aprendemos apenas sobre maquiagem, mas também sobre autoconhecimento, autoestima e beleza interior. O curso proporcionou troca de experiências, escuta e acolhimento, fazendo com que percebêssemos que muitas sentiam coisas parecidas. A turma era muito unida, tanto entre as alunas quanto com a professora, que sempre foi atenciosa e motivadora. Tivemos momentos de conversa, desabafo e apoio mútuo.



Muitas começaram sem interesse em maquiagem e, ao final, descobriram a importância do autocuidado e da autoestima. Até hoje mantenho contato com várias colegas, o que mostra o quanto essa experiência foi marcante e transformadora (Kelly, 2025).

As respostas das entrevistadas suscitam alguns elementos de valor inestimável: as relações interpessoais, a atuação amorosa e profissional da professora formadora e o aprendizado das estudantes, melhorando a autoestima, das relações interpessoais e da confiança das cursistas no exercício de uma nova atividade profissional. Portanto, é possível reconhecer, por meio das narrativas das mulheres, que a proposta do curso tem sido alcançada.

Os caminhos da inclusão, da cidadania e da equidade são objetivos plenamente alcançáveis quando percebemos que essas mulheres, à medida que participam do Programa Mulheres Mil, emancipam-se socialmente, têm a autoestima elevada, reconhecem-se como sujeitos, alicerçam sua autonomia profissional e cidadã e ampliam sua visão de mundo, antes distorcida e marginalizada (Oliveira, 2015). Nesta conexão de destacar o processo de aprendizado, foi questionado: Quais foram os principais aprendizados que você considera ter adquirido?

Ver as histórias de vida de pessoas que, assim como eu, um dia comecei, estavam começando, compartilhar momentos com elas, poder também estar ajudando algumas e sendo ajudada por outras. Então, assim, foi um momento muito bom. A gente conseguiu agregar conhecimento entre uma e outras (Jacielma, 2025).

Cuidar mais da questão da limpeza e da higiene tanto com o cliente como com a gente mesma, não podemos esquecer de usar as luvas, máscaras, etc, principalmente devido às doenças que tem no mundo hoje em dia, nós que temos contato direto com o cliente devemos estar atentos, esterilizar nossos materiais (Viviane, 2025).

Os principais aprendizados que adquiri foram relacionados à automaquiagem e ao autocuidado. Aprendi a escolher corretamente produtos como base e batom, entendendo melhor meu tom de pele e os traços do meu rosto, o que me trouxe mais segurança ao ir a uma loja de cosméticos sem depender da opinião de outras pessoas. Também passei a ter mais contato e consciência sobre meu rosto, como o formato e a sobrancelha, algo que antes eu não percebia. Além do conteúdo técnico, o maior aprendizado foi no aspecto pessoal e interpessoal. O curso proporcionou um ambiente acolhedor, leve e alegre, onde sempre saíamos mais felizes do que chegávamos. A convivência com mulheres de



diferentes idades fortaleceu a troca de experiências, o apoio mútuo e o relacionamento entre todas. Foi uma experiência muito rica, marcada por união, emoção e crescimento pessoal, que contribuiu diretamente para minha autoestima e bem-estar (Kelly, 2025).

De maneira geral, as entrevistadas são unânimes ao destacar o aprendizado pessoal, que poderá reverberar no profissional, bem como a elevação da autoestima, elemento necessário, uma vez que o atendimento é para mulheres que vivem em situação de exclusão, seja, por falta de acesso à formação acadêmica e profissional e/ou por ser e estar na condição de mulher.

Na temática da profissionalização, foi perguntado: Após concluir o curso, você passou a trabalhar na área em que se formou?

Como falei no início, já trabalhava na área, há aproximadamente 3 (três) anos, já tenho meu espaço e algumas clientes que me mantêm trabalhando (Jaciélma, 2025).

Na verdade já trabalhava na área há 4 anos, mas eu trabalhava em outros salões, agora eu trabalho em casa para mim mesma (Viviane, 2025).

Após concluir o curso, não comecei a trabalhar imediatamente na área, pois ainda atuava como diarista e não me sentia totalmente segura. Com o tempo e mais especialização, ganhei segurança para atender outras pessoas, não apenas a mim mesma. Hoje já tenho clientes, como minha irmã, minha melhor amiga e outras conhecidas, e estou começando a construir minha clientela aos poucos. Ainda estou em fase de crescimento, investindo gradativamente em produtos, maleta profissional e divulgação nas redes sociais, especialmente no Instagram (Kelly, 2025).

As narrativas demonstram que o curso e a profissionalização oportunizaram mais confiança na vida pessoal, e também contribuíram para que passassem a se reconhecer como profissionais formalmente qualificadas. O Programa fortalece a formação, certifica, amplia vínculos sociais e profissionais, cria novas conexões, o Programa Mulheres Mil faz tudo isto de forma leve e confiante. Como destaca Oliveira (2015, p.33) “sonhos foram

realizados, portas foram abertas, dando passagem àquelas que outrora não se reconheciam competentes e hábeis para realizar outras tarefas além de cuidar da casa e da família”.

Na mesma perspectiva de discutir questões profissionais e mudanças na vida financeira, questionou-se: O curso contribuiu para que você conquistasse mais autonomia financeira?

Sim, sim, com certeza. Tivemos disciplinas voltadas para a área do Marketing, como divulgar nosso trabalho através das redes sociais, aprendemos a tratar bem as clientes, o que ocasionou aumento de clientes no meu salão (Jaciélma, 2025).

Sim, Porque hoje em dia não compensa a gente alugar uma sala, porque está muito caro aluguel hoje em dia, né? E como minha casa alugada é grande, eu dividi a minha sala para o meu espaço, assim deu uma melhorada, porque para pagar aluguel, dois tipos de aluguel acaba ficando pesado para a gente (Viviane, 2025).

No início, o curso não trouxe retorno financeiro imediato, principalmente pela falta de segurança e pelos horários de trabalho. Porém, agora começo a ter retorno e a enxergar a maquiagem como uma profissão possível. Acredito que, se não fosse o primeiro curso do Programa Mulheres Mil, esse sonho talvez ainda não tivesse saído do papel. Hoje me sinto confiante no meu trabalho e sigo avançando passo a passo nessa caminhada (Kelly, 2025).

As mulheres entrevistadas afirmam que houve melhorias nas questões financeiras, especialmente porque a formação lhes proporcionou melhores condições de trabalho e prestação de serviço à comunidade, o que representa um aumento de renda. Em seguida, foi apresentada a seguinte questão: “O curso trouxe

mudanças em sua autoestima ou na forma como você se vê como mulher e profissional?”.

Sim, a palestra que a gente fez com a Marina, uma psicanalista convidada pela professora do curso, despertou em mim a questão de acreditar em nós mesmas, de correr atrás de nossos sonhos, de tudo. Abriu um leque na nossa mente e melhorou bastante (Jacielma, 2025).

Sim melhorou bem mais a minha autoestima, meus cuidados comigo mesma (Viviane, 2025).

Sim, o curso trouxe mudanças significativas na minha autoestima e na forma como me vejo como mulher e profissional. Desde as primeiras semanas, não falamos apenas de maquiagem, mas também de autoconhecimento, sentimentos e autoestima. Tivemos espaço para conversar sobre nossas características, o que gostávamos em nós mesmas e como valorizar nossos traços. Com o aprendizado das técnicas, passei a conhecer melhor meu rosto, meu tipo de pele, as cores que me favorecem e os cuidados adequados, o que me deu muita segurança (Kelly, 2025).

A partir do momento em que uma mulher assistida ou beneficiária se percebe tão capaz quanto as demais de alcançar seus objetivos profissionais, por meio da identificação com o grupo e acolhimento

pelos professores, a autoestima pessoal eleva-se e agrega-se à autoestima coletiva, impulsionando essas mulheres a explorar suas potencialidades e sua capacidade intelectual. Isso ocorre porque todas passam a acreditar que possuem tais capacidades e que conseguirão inserir-se no mercado de trabalho por seu próprio mérito, o que antes não ocorria, pois o contexto social as discriminava e as fazia questionarem-se enquanto sujeitos potenciais de mudanças (Oliveira, 2015).

Sempre há mudanças com a aprendizagem, com relação a comunidade, adquirindo qualidade, abrindo nossa mente, mudando nossa postura, a gente acaba mudando também dentro do nosso ambiente familiar e no tratamento com a comunidade, que são nossas clientes (Jaciélma, 2025).

Sim, bastante. Porque depois que você também faz o curso, tem o certificado, você é vista melhor, né? Porque o certificado, querendo ou não, muitas das vezes não justifica nada, porque tem gente que faz o curso, mas não aprende nada, e tem cliente que só vai pelo certificado. Então, isso já dá uma ajuda bastante e aumentou no caso também a clientela (Viviane, 2025).

No meu dia a dia, também percebo uma grande evolução: hoje faço minha maquiagem básica com mais segurança quando preciso sair ou resolver algo. Na comunidade, algumas vizinhas já me chamaram para maquiá-las, e quem conhece meu trabalho aprova e reconhece minha qualidade, mesmo que ainda sejam poucas pessoas (Kelly, 2025).

É importante destacar que a metodologia do Programa apresenta ferramentas próprias, como o Mapa da Vida e o Portfólio. O Mapa da Vida é uma ferramenta que objetiva criar oportunidades e um ambiente para a troca de experiências de vida entre as mulheres,

para que esses conhecimentos possam ser compartilhados e devidamente registrados e valorizados (MEC/PRONATEC, 2014).

A formação ofertada pelo Programa Mulheres Mil não se limita à realização de cursos de qualificação, ele vai mais além, estimula e mostra outras possibilidades para as cursistas. Nessa perspectiva foi questionado sobre as pretensões futuras em torno de trabalho e estudos, e elas destacam que pretendem buscar outras formações na área e que ampliar os conhecimentos, são pontos fundamentais.

Eu sempre gosto de estar buscando conhecimento. Para mim, assim, é uma área que a gente tem que estar renovando sempre. Não sou uma manicure daquelas que aprende e pronto, acabou. Não, eu gosto de estar buscando novo, de estar buscando novos conhecimentos, né. Até em questão da saúde sanitária, que a gente tem que estar sempre buscando. A gente tem que estar renovando, né, essas questões. Sempre que eu tiver uma oportunidade, estarei buscando (Jaciélma, 2025).

Eu pretendo fazer mais cursos, porque esse ano passou tão rápido e eu não fiz nenhum curso, pois eu sempre gosto de me atualizar, pois é uma aprendizagem, não só na área da beleza, como outros cursos também, sempre é bom fazer para complementar o conhecimento (Viviane, 2025).

Também tenho como objetivo realizar outro curso de maquiador, com foco em maquiagem artística, além de um curso de penteados. [...] No futuro, pretendo trabalhar com consultoria de maquiagem, orientando clientes sobre técnicas e escolha de produtos adequados (Kelly, 2025).

Ao serem questionadas sobre a melhoria da renda, por meio da formação, todas dizem que auxiliou muito e melhorou sua renda, uma vez que o curso oferta uma bolsa formação, além de abrir novas possibilidades de atuação no mercado de trabalho.

Conquistei novos clientes, o que gerou melhora com relação à renda. Ainda estou em fase de crescimento, mas o curso me ajudou muito a melhorar financeiramente, hoje estou mais estruturada e organizada (Jacielma, 2025).

Sim houve, porque além do aprendizado obtive um certificado, que exponho em minha sala e isso de certa forma atrai mais clientes (Viviane, 2025).

A princípio, após a conclusão do curso, não consegui atuar na área, pois já era final de ano, o que dificultou as oportunidades. Com o tempo, comecei a investir e a obter retorno aos poucos, reinvestindo em produtos de melhor qualidade e na aquisição da minha maleta profissional, aí sim, comecei a melhorar a minha renda (Kelly, 2025).

O Programa Mulheres Mil cumpre o objetivo a que se propõe: atender às mulheres, melhorar sua qualidade de vida, elevar sua autoestima, motivá-las a buscar aperfeiçoamento profissional e melhores condições financeiras, sociais e humanas.

5. CONCLUSÕES

Concluímos a partir das narrativas das mulheres que realizaram o curso em 2025, que os respectivos cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil contribuíram para a sua vida profissional, financeira e pessoal, elevando sua autoestima e tornando-as mais confiantes, e

com autonomia em suas conquistas, demonstrando que elas merecem um tratamento digno e respeitoso, tanto por outras mulheres quanto pela sociedade em que vivem. Investir na educação das mulheres é um passo decisivo para a transformação social. A educação não apenas empodera as mulheres, mas também gera um impacto positivo em suas famílias e comunidades. Mulheres educadas tendem a ter melhores condições de vida, o que se reflete em filhos mais saudáveis e bem-educados, contribuindo assim para a quebra do ciclo da pobreza e da desigualdade.

É, portanto, imprescindível que os governos e a sociedade civil se unam para promover e implementar políticas de reparação social que garantam às mulheres o pleno acesso à educação. Isso inclui desde a criação de programas de incentivo à permanência escolar até a oferta de bolsas de estudo e suporte psicológico, abordando as especificidades e desafios enfrentados por cada grupo, e neste contexto, encontra-se o Programa do Governo Federal Mulheres Mil. Portanto, as narrativas analisadas indicam que o Programa vem cumprindo seu propósito, especialmente no estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz (Org.). **Formação de professores no Brasil:** diagnóstico, agenda de políticas e estratégias para a mudança. São Paulo: Moderna, 2016.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AZEVEDO, José Carlos de. Estado, planejamento e democratização da educação. In: SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo (Orgs.). **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**: a filosofia e as lições dos clássicos. Tradução: Daniela Beccaccia Versiane. Riode Janeiro: Elsevier, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC); SENAR. **Programa Mulheres Mil**: capacitação e geração de renda. Brasília: MEC/SENAR, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Avaliação do Programa Mulheres Mil**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 140, p. 38, 22 jul. 2011. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=30192&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&option=com_docman&view=download. Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023. Institui o Programa Mulheres Mil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 72, p. 16, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-725-de-13-de-abril-de-2023-476993529>. Acesso em: 13 jul. 2026.

DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). História das Mulheres no Brasil 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

FERNANDES, Fernanda. **A história da educação feminina no Brasil**. 2019. Disponível: <https://multi.rio/index.php/noticias/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina>. Acesso em: 10 jun. 2026.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, v. 3, n. 5, 314-332, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: nupcialidade e família: resultados preliminares da amostra**. 2. ed. atualizada e corrigida. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. 88 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102230.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2026.

MACEDO, Maria de Lourdes L. **Educação na Amazônia: ensino de história e memórias de professores tocantinenses (2000–2019)**. 2025. Tese (Doutorado em Educação na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (EDUCANORTE), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2025.

MACEDO, Maria. de Lourdes. L. **Narrativas do Ensino de História: vozes de docentes e discentes das escolas estaduais de Palmas, Tocantins**. Porto Nacional, Editora Nagô, 2020.

MEC/PRONATEC. **Cartilha do Programa Mulheres Mil**, Brasília, Sistec, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Nancy dos Anjos. Mulheres mil: desafios e conquistas. **Nexus Revista de Extensão do IFAM** v. 1, n. 1, abr. 2015.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 16 e 17.

SCOTT, Joan. "A Reply to Criticism". **International Labor and Working Class History**, Cambridge University Press, n. 32, Fall 1987

SCOTT, Joan. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". **The American Historical Review**, The University of Chicago Press, v. 91, n. 5, Dec. 1986.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VESCHI, Benjamin. **Etimologia das palavras**. 2020. Disponível em: <https://etimologia.com.br/>. Acesso em: 5 mai. 2026.

¹ Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará. Atualmente é professor da educação básica - Secretaria da Educação e Cultura do Tocantins. Cursa disciplina no mestrado em Educação da UFT. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). <https://orcid.org/0009-0002-3143-0807>

² Graduada em Pedagogia (UNITINS), Gerente de Educação profissional da SEDUC-TO. Cursa disciplina no mestrado em

Educação da UFT. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail. https://orcid.org/0009-0000-8529-2767](#)

³ Graduada em Letras pela Faculdade de Colinas do Tocantins (FIESC), Técnica da Educação Profissional e do Pronatec. Cursa disciplina no Mestrado em Educação (UFT). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail. https://orcid.org/0009-0003-7464-5995](#)

⁴ Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT), Técnico na Gerência de Educação Profissional da rede estadual de ensino. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail. https://orcid.org/0009-0008-0358-370](#)

⁵ Graduação em Letras-Português/Inglês e Respectivas Literaturas - Universidade Estadual de Goiás. Cursa disciplina no mestrado em Educação da UFT. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail. https://orcid.org/0009-0006-2386-3038](#)

⁶ Licenciado e Ciências Biológicas (UFT), Cursa disciplina no mestrado em Educação da UFT E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail. https://orcid.org/0009-0007-7307-5467](#)

⁷ Doutora em História (UFPE), Docente e Coordenadora dos Programas de Mestrado e Doutorado (UFT), e-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail. https://orcid.org/0000-0003-2335-121X](#)